

O ex-diretor de Fiscalização do Banco Central Cláudio Mauch (*depoendo à comissão*) será um dos acusados de não haver dito a verdade aos senadores que investigam irregularidades no sistema financeiro



CPI DO JUDICIÁRIO

Senadores ouvem advogada do DF sobre processo de inventário

A advogada Beatriz Aparecida Naves Pacelle presta depoimento hoje à CPI que investiga denúncias de irregularidades no Judiciário. Ela falará sobre o processo de inventário de seu pai, que tramitou na Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal, a cargo do então juiz Asdrúbal Vasquez Cruxên. A comissão ainda ouvirá outras duas testemunhas nesta semana.

PÁGINA 5

Ex-diretores do BC acusados de mentir à CPI dos Bancos

Relatório preliminar do relator da comissão, senador João Alberto, contestará versão de que BM&F teria alertado para quebra de bancos

O senador João Alberto, relator da CPI do Sistema Financeiro, vai acusar em seu relatório preliminar o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, e dois ex-diretores, Cláudio Mauch e Demóstenes Madureira de Pinho Neto, de terem

mentido à comissão e à Polícia Federal. Eles alegaram que a decisão de vender dólares a preços favorecidos aos bancos Marka e FonteCindam foi tomada após alerta da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) para possível quebra de bancos.

PÁGINA 5



CPI do Judiciário toma nesta semana depoimentos sobre denúncias de irregularidades em Brasília, em São Paulo e na Paraíba

Plenário debate crise na Polícia Federal

Pronunciamento em plenário do senador Jefferson Péres sobre a crise provocada pela sucessão na direção da Polícia Federal motivou ontem dois outros discursos, dos senadores Artur da Távola e Pedro Simon, e diversos apartes relacionados com o assunto.

PÁGINA 8

Congresso aprecia hoje 12 medidas provisórias

PÁGINA 3

Comissões definem regras para pagar precatórios

Tema será discutido, a partir das 10 horas, em reunião conjunta da CAE e da CCJ

Em reunião conjunta às 10 horas de hoje, as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retomam a discussão do projeto de resolução que trata do refinanciamento dos títulos emitidos para pagamento de precatórios. De autoria do senador José Agripino (PFL-RN), a proposição pretende alterar o artigo 12 da Resolução nº 78 do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, municípios e Distrito Federal, e sobre as concessões de garantias, seus limites e condições de autorização.

Pela proposta, estados e prefeituras poderão voltar a negociar títulos emitidos para pagar precatórios que tiveram sua negociação suspensa pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o assunto, em 1997. Os relatores das matérias na CAE, senador Francelino Pereira (PFL-MG), e na CCJ, senador José Fogaça (PMDB-RS), têm pareceres favoráveis à iniciativa, ambos na forma de substitutivo.

Na CAE, o senador Roberto Re-



Francelino apresentou parecer favorável ao projeto que será examinado hoje pelos senadores

quião (PMDB-PR) apresentou um voto em separado, propondo a nulidade dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios por estados e municípios após 13 de dezembro de 1995, justamente os que foram questionados como irregulares durante a CPI que investigou os precatórios. A reunião conjunta foi acertada entre os presidentes da CCJ, senador José Agripino, e da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Amorim propõe menor tributação para produtores

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) anunciou a apresentação de projeto de lei que reduz para 1% a contribuição social do produtor rural e a alíquota do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sobre a remuneração de empregados rurais. O objetivo da proposta, disse, é diminuir o peso da seguridade social e da legislação trabalhista no custo da produção.



Amorim quer reduzir de 20% para 1% a contribuição devida pelos empregadores rurais

O projeto reduz de 20% para 1% a alíquota da contribuição social devida sobre o total das remunerações pagas aos segurados que prestem serviços a empregadores rurais. Mas mantém a contribuição proveniente do faturamento e do lucro (de 2% sobre a receita bruta ou 10% sobre o lucro líquido). A proposição estabelece ainda que, quando se tratar de empregador que exerça a função de produtor rural, como pessoa física ou empresa agropecuária, a obrigação de depósito para o FGTS fica reduzida, de 8% da remuneração paga, para 1%.

— Sei que essa é uma contribuição modesta para diminuir o peso do Custo Brasil, mas é uma base de discussão e tem grande impacto sobre o produtor rural — disse o senador.

O projeto reduz também de 2% para 0,1% a contribuição do produtor rural e do pescador sobre a receita bruta de comercialização de sua produção.

— Essas atividades, na realidade, são praticamente de subsistência e devem ser assistidas — argumentou Amorim.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1999

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 26/96, que dispõe sobre a indenização a companheiro ou companheira, no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com morte do segurado da Previdência Social; *PR nº 58/99, que altera a redação do inciso IV do parágrafo 1º do art. 2º da Resolução nº 78/98; *PDL nº 12/98, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira, celebrado entre o Brasil e a Alemanha; *PDL nº 13/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Brasil e a Rússia; e *Requerimento nº 287/99, do senador Romeu Tuma, solicitando que sobre o PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.
- ▶ 19h - Sessão conjunta do Congresso Nacional
Pauta: *MP nº 1.817-2, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 1999; *MP 1.711-10, que acresce dispositivos às Leis nºs 9.526/97 e 9.496/97 (contas de depósitos não cadastrados); *MP nº 1.785-5, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito extraordinário no valor de R\$ 2.932.395.868,00; *MP nº 1.786-5, que altera os parágrafos 1º e 2º ao art. 17 da Lei nº 8.029/90 (extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; empresa de navegação da Amazônia S.A. - Enasa); *MP nº 1.787-5, que altera dispositivos das Leis nºs 5.972/73 e 9.636/98 (registro da propriedade de bens imóveis da União); *MP nº 1.792-5, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional; *MP nº 1.794-13, que altera as Leis nºs 6.368/76 e 8.112/90 (prevenção e repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas); *MP nº 1.800-4, dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491/97, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; *MP nº 1.804-9, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$ 68.383.840,00; *MP nº 1.813-4, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 183.000.000,00; *MP nº 1.818-2, que estabelece normas para registro do resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos; e *MP nº 1.826, que institui o Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca, autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito extraordinário no valor de R\$ 165.000.000,00. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

- ▶ 10h - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos
Pauta: *PR nº 6/99, altera o artigo 12 da Resolução nº 78/98, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
- ▶ 11h30 - Comissão de Educação
Pauta:
Item 1 - Designação dos membros para composição da Subcomissão de Rádio e Televisão; Item 2 - *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de Programação Educativa para Crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento; *PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao Patrimônio Fossilífero; *PLS 43/99, revoga o art. 2º da Lei nº 9.191/95, altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 236/96, que dispõe sobre a Educação Profissional em Nível Nacional; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; *PLS nº 298/99, que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 264/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; *PLS nº 252/99, modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do salário-educação; *PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; *PLS nº 36/99, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91; *PLS nº 314/99, que denomina "Aeroporto Campo dos Palmares - Zumbi e Dandara" o Aeroporto Campo dos Palmares, em Maceió (AL); *PRS nº 119/96, que denomina "Florestan Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais; e *Projetos de Decreto Legislativo nºs 50/99, 51/99, 52/99, 68/99, 69/99, 96/99 e 104/99, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio. *Ala Senador Alexandre*

Costa - Sala 15

- ▶ 17h - CPI do Judiciário
Oitiva: Beatriz Aparecida Naves Pacelle, advogada (Brasília). *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 17h - Instalação da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a *MP nº 1.733-62, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); e *PDL nº 26/99, aprova o texto das emendas dos arts. 6, 14, 15 e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*
Após Ordem do Dia - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Reunião interna. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

- Quarta-feira
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 22/99, aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; *PDL nº 24/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Brasil e a Colômbia; e emenda da Câmara ao *PLS nº 307/95, altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972/69, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.
- Quinta-feira
- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 25/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os governos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas; e *PDL nº 30/99, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos celebrado entre o Brasil e a África do Sul.
- Sexta-feira
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

- Quarta-feira
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública com o ministro de Estado do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, para que sejam discutidos os recursos do orçamento da União para a área social, em particular aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
- ▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e a outros sistemas de informações de órgãos públicos; *PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas Resoluções nºs 44/98 e 45/98, do Senado Federal, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; *PEC nº 10/99, que dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 57/99, que altera o Código Eleitoral, sobre a escolha dos locais de votação para o eleitor deficiente físico; *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, dispondo sobre serviços notariais e de registro; *PLC nº 22/99, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas; *PLS nº 10/99, que altera dispositivo da Lei nº 6.811/80, sobre a destinação da taxa judiciária; *PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; *PR nº 13/99, que dá nova redação aos arts. 337 e 341 do Regimento Interno do Senado Federal; *PLS nº 178/99, altera a Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504/97, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais; *PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; e *PLS nº 158/99, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
- ▶ 16h30 - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Michael Francis Geoghegan, diretor-presidente do Banco HSBC. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
- ▶ 17h30 - Subcomissão Permanente para acompanhamento e investigação de casos de exploração do trabalho e prostituição infanto-juvenil
Pauta: Audiência pública com Vanda Engel Aduan, secretária de Estado de Assistência do Ministério da Previdência e Assistência Social. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso Nacional vota 12 medidas provisórias

Entre elas, está a MP 1.826, que cria o Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca e autoriza a abertura de crédito extraordinário, no Orçamento da Seguridade Social, de R\$ 165 milhões

CRE examina projeto que cria sistema de inteligência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprecia hoje, às 17h30, projeto do Executivo que cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A pauta da reunião também inclui a discussão do texto de emendas ao Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat), aprovadas pela XXVI Reunião dos Signatários. Os dois projetos têm pareceres favoráveis do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Além de criar a Abin, órgão central responsável pelo assessoramento direto do presidente da República, o primeiro projeto da pauta institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no país. Os órgãos e entidades que formarão o sistema também são definidos na proposta. O projeto, já aprovado na Câmara, recebeu emenda do relator, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), definindo a composição do órgão de controle externo da atividade de inteligência no país, que estará a cargo do Congresso Nacional. O relator na CCJ também foi o senador Romeu Tuma.

Na CCJ, Tuma argumentou que a criação dos cargos é necessária, pois a agência poderá contar com corpo técnico especializado e eficiente em sua estrutura, composta de 17 unidades nos estados, além dos órgãos centrais. Ele acrescentou que, mesmo com a criação dos cargos, a Abin não atinge o limite de 10% de cargos comissionados estabelecido em lei.



Relator da matéria na CCJ, Tuma é favorável à criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)



O Congresso também deve apreciar hoje medida provisória que altera a legislação sobre entorpecentes

Plenário delibera sobre indenização em casos de acidente de trabalho

O plenário do Senado examina hoje, em regime de urgência, projeto de lei dispondo sobre a indenização a companheira ou companheiro, no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com morte do segurado da Previdência Social. Os relatores do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foram a então senadora Benedita da Silva (atual vice-governadora do Rio de Janeiro) e o

senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ambos favoráveis à matéria.

Na mesma sessão, o plenário delibera sobre projeto de Roberto Saturnino (PSB-RJ) que altera a Resolução 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, municípios e suas autarquias e fundações. O parecer do relator, Luiz Estevão (PMDB-DF), é favorável à aprovação.

Dois acordos também aguardam vota-

ção – o de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Brasil e a Rússia, e o protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Financeira, celebrado com a Alemanha. Será também votado requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) para que a CAS seja ouvida sobre o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, relativa aos povos indígenas e tribais de países independentes.

Senadores discutem formação da Subcomissão de Rádio e Televisão

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), se reúne extraordinariamente hoje, às 11h30, para examinar uma pauta de 23 itens.

O primeiro item da pauta da CE é a designação dos integrantes da Subcomissão de Rádio e Televisão, destinada a analisar o conteúdo dos programas transmitidos por esses veículos no Brasil. A subcomissão foi criada por requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e terá nove senadores.

Os membros da CE também devem analisar projeto do senador Antero de Barros (PSDB-MT) que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino. O parecer do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), é favorável à matéria.

Pela proposta de Antero de Barros, as universidades públicas ficam obrigadas a reservar, anualmente, 50% de suas vagas para alunos que tenham cursado integralmente os ensinos funda-



Antero propõe reserva de 50% das vagas das universidades para alunos de escolas públicas

mental e médio em escola pública. Por outro lado, o candidato só terá direito a vaga se aprovado no processo seletivo e classificado dentro do percentual acima do estabelecido.

A pauta da Comissão de Educação inclui ainda projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescen-

tes desaparecidos ou seqüestrados. O parecer do senador Amir Lando (PMDB-RO) é pela aprovação da proposta.

Um projeto da senadora Heloísa Helena (PF-AL), alterando o nome do aeroporto de Maceió para Aeroporto Campo dos Palmares – Zumbi e Dandara, também será analisado pela CE. Consta ainda da pauta proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) denominando a sala da Comissão de Assuntos Sociais de “Florestan Fernandes”. As duas matérias têm pareceres favoráveis dos senadores Marina Silva e Artur da Távola (PSDB-RJ), respectivamente.

Ainda na reunião de hoje, a CE vai deliberar sobre seis projetos de decreto legislativo que renovam a concessão de funcionamento das emissoras Rádio Clube de Miranópolis (Miranópolis-SP), Rádio Capixaba (Vitória-ES), Fundação Nossa Senhora Aparecida (Aparecida-SP), Fundação Aldeia SOS (Goioerê-PR), Rádio Cultura (Arapongas-PR), Sociedade Rádio Club (Altinópolis-SP) e Rádio São Joaquim (São Joaquim-SP).

O Congresso se reúne hoje, às 19 horas, para deliberar sobre 12 medidas provisórias. Entre elas, a MP 1.826/99, que institui o Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca e autoriza o Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social crédito extraordinário de R\$ 165 milhões.

Também deverá ser votada a MP 1.794/99, que altera as leis 6.368/76 e 8.112/90, que tratam da prevenção e repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Serão ainda examinadas as MPs 1.817/99 – que altera a lei referente às diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 – e 1.792/99, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional.

MENSALIDADES ESCOLARES

Às 17 horas, será instalada a comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP 1.733/99, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares.

Cândido propõe que exame de DNA seja incluído no SUS

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) quer que o exame de paternidade seja custeado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para facilitar o reconhecimento dos filhos a famílias de baixa renda. Na impossibilidade de os exames de código genético (DNA) serem feitos em unidade hospitalar pública, o projeto prevê que laboratórios credenciados no SUS se encarreguem da tarefa.

Segundo o projeto, os exames de DNA serão solicitados pelo Ministério Público ou determinados por autoridade judiciária. Além do reconhecimento de paternidade, os exames poderão ser feitos em razão de investigação de delitos de natureza sexual.

Geraldo Cândido propõe que as despesas decorrentes dos exames corram à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento da União. Para o senador, a gratuidade dos exames tem respaldo na Constituição federal, que no artigo 6º prevê igualdade de direitos para filhos nascidos ou não da relação de casamento. O senador apóia-se também no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), que considera imprescindível o reconhecimento do estado de filiação.



Cândido: respaldo na Constituição e no Estatuto da Criança

Ademir pede decisão rápida sobre reeleição

O senador solicitou aos presidentes das duas Casas do Congresso que coloquem logo em pauta as 12 propostas de emenda constitucional que tratam do tema, para que se definam as regras das eleições do ano 2000

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apelou aos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das comissões de Constituição e Justiça das duas Casas, para que coloquem logo em pauta as 12 propostas de emenda constitucional (PEC) que tratam da reeleição, para que haja uma decisão sobre a sua continuação ou não antes das eleições do ano 2000 para prefeitos e vereadores. Segundo o senador, a população tem um sentimento de dúvida sobre se haverá ou não a reeleição e não é possível deixá-la nessa expectativa.

Ademir reafirmou posição contrária à reeleição, mas observou que, se for mantida, deveria valer para todos. Ele também responsabilizou o presidente Fernando Henrique Cardoso pelo que classificou como uma "ex-crescência na nossa Constituição". Para ele, ficou clara a utilização das máquinas de governo nas eleições passadas, quando diversos governadores e o presidente da República foram reeleitos. "Grande parte dos nossos políticos dependem de governo para se elegerem. Não quero nem pretendo ser agressivo, mas é uma



Ademir Andrade considerou a reeleição uma "ex-crescência em nossa Constituição"

realidade que o PFL e o PMDB não existem sem governo", afirmou Ademir Andrade.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que Ademir poderia tratar do tema sem agredir os colegas e que não aceita a afirmação de que os integrantes do PFL não se elegeriam sem auxílio do governo. Lobão lembrou que foi o mais votado em seu

estado nas cinco eleições que disputou, e, quando foi candidato a governador, era o candidato de oposição ao presidente Fernando Collor.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) responsabilizou o Congresso Nacional pelo fato de a reeleição estar na Constituição, mesmo reconhecendo que a reeleição foi um "erro brutal" do presidente Fernando Henrique. Simon lembrou que o governo Itamar Franco, do qual Fernando Henrique era ministro, firmou posição contrária à reeleição. Para ele, a reeleição foi aprovada com a proibição de ministros e secretários disputarem eleições ocupando o cargo porque os parlamentares tinham medo da concorrência.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) também não aceitou a afirmação de Ademir e disse que o seu partido não merecia o comentário. Iris lembrou que a agremiação nasceu como oposição e foi o berço de vários outros partidos. "Não foram para o MDB os fisiológicos. Foram os patriotas e os corajosos. Idealismo não é privilégio deste ou daquele partido", afirmou. O senador lem-

brou ainda que foi candidato de oposição à ditadura em 1965 e, em 1982, foi candidato de oposição ao governo local e ao federal.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) solidarizou-se com Ademir e cobrou uma legislação eleitoral mais duradoura. "Legislação volúvel é extremamente prejudicial à democracia", observou a senadora. O senador Luiz

Otávio (PPB-PA) lembrou que Ademir foi candidato ao governo do Pará com apoio do prefeito de Belém, que é filiado ao PT. Ademir Andrade disse que não recebeu qualquer ajuda da máquina da prefeitura e que desconhece qualquer acusação de que alguma administração do PT tenha utilizado a máquina governamental para esse fim.

ACM afirma que nota de Temer é "extemporânea"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, respondeu ontem à nota do presidente da Câmara, Michel Temer, sobre a reforma do Poder Judiciário, que considerou "totalmente extemporânea", e assegurou que o episódio não indica a existência de problema de governo, mas apenas uma demonstração do temperamento do deputado.

– Isso não é problema de governo, isso é um problema do presidente da Câmara despeitado com o presidente do Senado. Nada tem a ver, nem sequer com o Poder, tem a ver com o temperamento do dr. Michel Temer, que não é um temperamento de uma pessoa que aceite o êxito de qualquer outra – disse.

Para o senador, a nota de Temer "serviu apenas para ele dizer que é professor de Direito Constitucional, coisa de que muita gente vai tomar conhecimento a partir de hoje".

– Eu defendo sempre a moralidade, e ele não queria a CPI (do Judiciário) porque não queria que se descobrissem as imoralidades que estamos descobrindo, e vamos inclusive mudar a legislação sobre isso. Ele não queria, e (a CPI) foi feita. Depois quis apagar, fazendo essa (comissão da) reforma (do Judiciário). Então se escolheu um grande relator, e ele, evidentemente, está sabotando esse relator, que até ameaça renunciar. As coisas morais nunca foram o forte do sr. Michel Temer. A prova disso é a luta que ele faz pelo porto de Santos. Isso, só detalhes posteriores que nós vamos tratar, ou eu com ele *viz-à-viz* – afirmou.

Antonio Carlos acusou Temer de agir de acordo com viés corporativista.

– Ele tem escritório de advocacia, e por isso não andam matérias importantes, como o Código de Processo Civil, que está lá há muito tempo, um ano e meio pronto, e ele sequer colo-

cou em votação. E não deixa votar o efeito vinculante, por causa do corporativismo dos advogados e para atender juízes de primeira instância, que ele não quer desgostar em virtude de ser advogado – assinalou.

O presidente do Senado rebateu, igualmente, o trecho das declarações de Temer em que o deputado o cen-

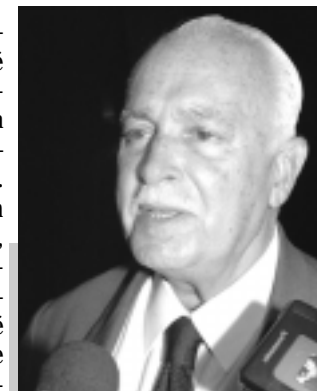
surou por tratar de assunto em tramitação na Câmara.

– Eu acho que devo debater sempre, e ele também debate sempre. Tanto que ele não queria a CPI (do Judiciário) no Senado. Logo, ele debate esses assuntos. Eu sou um político, acredito que nacional. Eu gostaria até que ele fosse também. Mas se ele é nacional ou se julga nacional, ele

tem que debater todos esses pontos. Na Casa que presido sou homem imparcial, tanto que criei a CPI do Judiciário com coragem, com destemor, e dela não participo no sentido de influenciar o presidente ou o relator. Diferente dele, que quer se intrometer nas coisas boas para prejudicar, e não nas coisas ruins, que ele quer manter – observou.

O senador também analisou a situação política do autor da nota.

– O dr. Michel Temer foi eleito a primeira vez com muito esforço do deputado Luís Eduardo, a quem deve a posição que ocupa. Entretanto, só respondeu com inveja do êxito de Luís Eduardo na presidência, coisa que ele até hoje não obteve. Dessa vez, só foi eleito porque eu ia ser reeleito presidente do Senado e era preciso compensar seu partido, que era maioria no Senado, com a presidência da Câmara. Logo, ele é assim. No meu estado, eu tenho força política, ele não tem no dele. Acho até que ele está muito zangado porque em São Paulo sou melhor recebido do que ele, que é paulista – observou.



Antonio Carlos acusou Temer de sabotar trabalho de relator da reforma do Judiciário

Reforma política é prioridade, diz Agripino

Em resposta ao senador Ademir Andrade (PSB-PA), que pediu urgência para as propostas alterando o instituto da reeleição, o senador José Agripino Maia (PFL-RN), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), disse que a reforma política já vem sendo tratada como prioridade. Agripino explicou que o Regimento determinou que, ao final



José Agripino Maia

da legislatura passada, as propostas não votadas voltassem ao arquivo para serem reapresentadas.

– Ao final da presidência do senador Bernardo Cabral na CCJ, as propostas de emenda constitucional sobre reforma política, que não haviam sido votadas, voltaram ao arquivo. A tarefa da presidência é ordenar a pauta de acordo com a importância, e algumas já tramitam em caráter de prioridade

– comentou o senador.

A respeito das críticas do senador paraense à reeleição, Agripino lembrou que, durante a discussão do assunto no Congresso Nacional, propôs a adoção da reeleição de forma progressiva. A idéia consistia em implantar o sistema, primeiramente, apenas nas eleições presidenciais. "Feito isso, o sistema seria avaliado e os erros corrigidos. Depois adotariamos a reeleição nas eleições para governador e, sucessivamente, para prefeito", explicou.

Bezerra considera inadmissíveis cortes de gastos na área social

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) chamou atenção para as precárias condições de seu estado. Ele trouxe dados sobre o estado de Mato Grosso, que chamou de "preciosos indicadores de ações a serem assumidas pelo poder público", de duas pesquisas, uma da Universidade Federal de Mato Grosso e outra do IBGE.

Bezerra fez considerações sobre o aumento demográfico de Mato Grosso, com 14% de crescimento urbano nos últimos anos, e a decorrente ampliação do número de municípios, que passou de 38 para 126 desde a divisão do estado em 1979. Ao mesmo tempo o senador desta-

cou os dados da economia mato-grossense, com 14 milhões de cabeças de gado, e uma safra agrícola de 15 milhões de toneladas.

Já os indicadores sociais, segundo Bezerra, revelam um quadro preocupante. Mesmo que os dados mostrem uma tendência a melhorar a situação, não escondem, na opinião do senador, as profundas mazelas sociais. Ele pediu a atuação resoluta dos governos estadual e federal na área social, considerando inadmissível qualquer corte orçamentário nesse setor. Gastos sociais são investimentos para Bezerra, sem os quais não se chega a lugar nenhum.

– Educação, saúde, saneamento



Bezerra acha "vitais" os setores de educação, saúde, saneamento, moradia e transporte coletivo

básico, moradia, transporte coletivo, entre outras, são áreas vitais e como tal devem ser vistas por quem tem a responsabilidade de exercer a administração pública – defendeu o senador.

Relator anuncia que acusará ex-diretores do Banco Central

João Alberto diz que Lopes, Mauch e Madureira mentiram. Diretoria da BM&F, segundo o relator, teria cometido falsidade ideológica

Em seu relatório preliminar, o relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto (PMDB-MA), vai acusar Francisco Lopes, Cláudio Mauch e Demóstenes Madureira de Pinho Neto, ex-presidente e ex-diretores do Banco Central, de terem mentido à Polícia Federal e à comissão de inquérito. Já a diretoria da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) será acusada de falsidade ideológica, informou ontem o senador, em entrevista à imprensa.

Conforme o relator, os ex-diretores do BC mentiram ao afirmar que "a diretoria" do Banco Central decidiu vender dólares, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam argumentando que uma carta da BM&F alertara para uma possível quebra de bancos, caso nada fosse feito. "Os depoimentos mostram que a carta da BM&F só foi pedida depois que os diretores decidiram pela venda dos dóla-



João Alberto sugere tomada de contas no BC

res", disse João Alberto.

Já os diretores da BM&F serão acusados de cometer falsidade ideológica por terem reescrito a carta ao BC, a pedido do próprio BC, alterando os termos do primeiro documento. "Eles enviaram a carta como queriam os diretores do Banco Central", assinalou.

O relator reafirmou que proporá a

nulidade da venda dos dólares ao Marka e ao FonteCindam e pedirá que o Banco Central seja ressarcido do prejuízo pelos ex-diretores do BC e pelos ex-presidentes e controladores dos dois bancos privados. João Alberto irá ainda sugerir que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça uma tomada de contas especial no BC para verificar o valor do prejuízo do Banco Central com a operação Marka-FonteCindam.

O senador espera até quinta-feira que o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) apresentem os resultados das investigações nos documentos obtidos pela quebra de sigilo bancário e telefônico dos envolvidos.

Também no relatório parcial, envolvendo apenas o caso Marka-FonteCindam e a desvalorização cambial de janeiro, João Alberto afirmará que não foram conseguidas provas de vazamento de informações. Ele disse ainda que, se necessário, pedirá prorrogação dos trabalhos da CPI, que terminarão oficialmente nos últimos dias de agosto.

Reunião de hoje à tarde define a pauta

A CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro tem reunião interna marcada para hoje com o objetivo de definir a pauta de trabalho das próximas semanas. A reunião da CPI deverá ser realizada à tarde, após a Ordem do Dia do plenário, segundo informou, ontem, o presidente da comissão, senador Bello Parga (PFL-MA).

Amanhã, às 17h, a CPI vai ouvir depoimento do presidente do HSBC, Michael Francis Geoghegan, que falará sobre a compra do Bamerindus por aquela instituição. Os senadores vão examinar a possibilidade de cancelar sete depoimentos de presidentes e representantes de instituições financeiras que receberam ajuda do Proer – o programa de socorro aos bancos patrocinado pelo governo. Com isso, pretendem acelerar as investigações da comissão, que deverá cumprir o prazo de 120 dias inicialmente previsto para a conclusão dos trabalhos. A CPI foi instalada no dia



Bello Parga defende o cancelamento de audiências para acelerar os trabalhos

14 de abril e deverá encerrar seus trabalhos em agosto, conforme expectativa do presidente da comissão.

Bello Parga, que defende o cancelamento das audiências, acredita que, depois do presidente do HSBC, a CPI só deverá ouvir mais dois depoimentos para investigar o Proer: os dos presidentes dos bancos Excel e Bilbao Viscaya, que compraram o Banco Econômico. Com esses depoimentos,

Comissão ouve advogada do DF e nova testemunha sobre tráfico de crianças

A CPI que investiga denúncias de irregularidades no Judiciário toma hoje, a partir das 17h, depoimento da advogada Beatriz Aparecida Naves Pacelle, que falará



sobre o processo de inventário do espólio do seu pai, Jair Naves, morto em 1983. O processo tramitou na Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal, a cargo do então juiz Asdrúbal Vasquez Cruxên.

Além de dar continuidade às investigações de denúncias de supostas irregularidades cometidas pelo juiz, a CPI, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), vai ouvir, no decorrer desta semana, novas testemunhas sobre os casos de tráfico internacional de crianças a partir de Jundiaí (SP) e de superfaturamento no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba.

Amanhã, às 17h, os senadores

vão ouvir o depoimento do empresário Esdras Augusto de Carvalho. Esdras foi contador do Comej (Centro de Orientação ao Menor de Jundiaí-SP),

onde crianças passavam dias antes de ser enviadas para adoções no exterior, autorizadas pelo juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira. O centro recebe menores infratores e a permanência de meninos e meninas para adoção já caracterizaria uma irregularidade.

No dia seguinte, 17, às 10h, a CPI toma o depoimento de Antônio Almério Ferreira Marra, que vendeu terreno na Praça da Independência, em João Pessoa, ao TRT paraibano. As apurações da CPI, que tem como relator o senador Paulo Souto (PFL-BA), apontam para superfaturamento do terreno, vendido por R\$ 710 mil.



A CPI do Judiciário toma depoimento sobre a venda de terreno em João Pessoa ao Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba

Regulamentação do sistema financeiro



A regulamentação do sistema financeiro nacional poderá ser feita por várias leis complementares e não apenas por uma única, como estabelece a Constituição promulgada em 1988.

Essa possibilidade, prevista em emenda constitucional aprovada pelo Senado, é o tema de entrevista do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30.

Para o senador, os anos revelaram que era impraticável uma única lei para tratar dos múltiplos e complexos aspectos do sistema financeiro nacional.

"A Constituição viveu uma farrá de liberdade, a ressaca dos anos de autoritarismo. Os constituintes foram eleitos e começaram a elaborar a Constituição cheios de idéias na cabeça. Houve muito amadorismo, provavelmente, pelo clima emocional", disse ele.

Tião Viana pede atenção a alergias

Ao informar que as doenças alérgicas já são a sexta maior causa de internações no Sistema Único de Saúde, o senador lamenta que o tema não seja ainda considerado prioritário pelo governo

Preocupado com o avanço das doenças alérgicas, que atingem cerca de 30 milhões de brasileiros, o senador Tião Viana (PT-AC) pediu ontem maior atenção do Ministério da Saúde para o problema. Ele informou que a alergia já é a sexta maior causa de internações no Sistema Único de Saúde (SUS) e ocupa o quinto lugar na classificação dos tratamentos mais dispendiosos.

— As doenças alérgicas têm forte impacto socioeconômico. Está provado que as alergias provocam redução no aproveitamento escolar e no trabalho, além de ser causa de muitas mortes. É um forte problema de saúde pública que não faz parte dos interesses do governo — afirmou.

Tião Viana lembrou também o alto custo do tratamento desse tipo de enfermidade. De acordo com o senador, normalmente são indicados cinco medicamentos, que, além do preço alto, podem provocar efeitos colaterais nos



pacientes. “Mais de 90% dos doentes não têm qualquer possibilidade de fazer o tratamento, e alguns remédios têm base hormonal, com conseqüência no estado geral do doente”, ressaltou.

O senador anunciou a intenção de apresentar projeto obrigando as instituições conveniadas ao SUS a oferecer serviços de alergologia e imunopatologia. A intenção é garantir às populações de baixa renda o acesso a estes

tipos de tratamento.

TELECOMUNICAÇÕES

Tião Viana criticou ainda a política de demissões que vem sendo implementada nas empresas de telecomunicações, recém-privatizadas. O senador trouxe a plenário as preocupações dos trabalhadores da Tele Centro Sul, responsável pelos serviços nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Gran-



Tião Viana criticou as demissões feitas por empresas de telecomunicações

de do Sul e Distrito Federal.

— A ideia passada com as privatizações era que haveria a redução dos custos, a modernidade das empresas e o aperfeiçoamento dos trabalhadores. O que aconteceu foi o contrário e a tática que prevalece é a de olhar apenas o lucro — alertou.

Carlos Patrocínio quer punir o sonegador fiscal

“É hora de dar um basta à falta de caráter e de patriotismo da minoria gananciosa, capaz de sugar o sangue do povo brasileiro”, afirmou o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) ao defender ontem mudanças na Lei n.º 9.430/96, que dispõe sobre a legislação tributária federal. Ele pediu apoio a projeto de sua autoria para punir o sonegador fiscal.

A Lei n.º 9.430/96 dificulta a punição do sonegador, ao dispor que a Receita Federal não pode informar ao Ministério Público os crimes por ela detectados, destacou Patrocínio. Ele disse que, nos crimes de sonegação, a lei determina que a Receita Federal somente encaminhará representação ao

Ministério Público após proferida decisão final, na esfera administrativa.

Segundo Carlos Patrocínio, a decisão final no processo administrativo demora normalmente

muitos anos para ser proferida, visto que está sujeita a duas instâncias, podendo submeter-se até a uma terceira instância. “Como se vê, o contribuinte pode sempre protelar a discussão do débito e inviabilizar completamente o processo criminal, pois fatalmente ocorrerá a prescrição”, observou o senador.

Patrocínio considera grave que, pela Lei n.º 9.430, o sonegador nem sequer precise pagar o débito, visto que basta contestá-lo interminavelmente, na esfera administrativa e depois na judicial.



Carlos Patrocínio

Alcântara espera que reunião de cúpula estreite relações do Mercosul com a Europa

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) espera que a reunião de cúpula entre chefes de estado dos países integrantes da União Européia e do Mercosul, em julho, no Rio de Janeiro, estreite as relações comerciais entre os dois blocos econômicos. Alcântara lembrou que o maior volume de exportações do Mercosul vai para a União Européia, mas observou que, na área de produtos agrícolas, ainda há forte resistência, principalmente por parte da França que reconhece e defende o protecionismo.

Alcântara disse que o Brasil negociou, recentemente, uma espécie de “auto-retenção” na venda de chapas de aço para os Estados Unidos, criando uma situação em que o Brasil exporta aço e importa automóveis. O senador citou artigo do diretor do banco cen-

tral americano, Alan Greenspan, em que este faz a defesa da igualdade de condições nas barreiras tarifárias.

— Acho que o governo brasileiro deve ter uma postura mais rigorosa em relação a isso. Somos eventualmente retaliados, mas podemos retaliar também, como o México fez com a França. As regras do comércio internacional são desfavoráveis a nós, mesmo quando conseguimos qualidade e preços competitivos — afirmou o senador.

Para Lúcio Alcântara, foram positivos o encontro entre os presidentes Fer-



Alcântara lembrou resistência da França a acordo na área agrícola

nando Henrique e Carlos Menem, e a ideia de se criar uma moeda única para o Mercosul. O senador lembrou os elevados índices de desemprego no Brasil e a abertura de frentes de trabalho nas grandes cidades e comparou as medidas com aquelas que estão sendo tomadas no Japão para também combater o desemprego. Segundo Alcântara, o governo japonês vai investir US\$ 4,2 bilhões para criar 700 mil empregos. No conjunto de medidas, destacam-se subsídios às companhias privadas e incentivo à competitividade entre as indústrias domésticas.

Maguito exalta programa contra a fome no DF

Referindo-se a programa de distribuição de alimentos conduzido pelo governo do Distrito Federal, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou ontem que essa experiência pode tornar-se um exemplo para que outras cidades e estados percebam o valor da solidariedade e da parceria na ação governamental. Para ele, o esforço combinado entre governo e sociedade civil é o caminho mais curto para devolver dignidade às famílias sem renda.

— A mendicância, o abandono, a



Maguito lembrou que a fome “mata a curto prazo, não espera”

vida nas ruas são o resultado da perda da identidade, do emprego, do endereço e da esperança. A fome que o governador Joaquim Roriz começa a saciar é a fome da esperança. É a fome de quem ouve o choro de seus filhos pedindo um copo de leite e não pode fazer nada.

Maguito Vilela chamou de incautos os que recomendam que se gere empregos em vez de distribuir comida. Lembrando que o governo do Distrito Federal também está preocupado em criar postos de trabalho, o senador ressaltou que “a fome mata a curto prazo, não espera”. Também pa-

rabenizou o governador Joaquim Roriz pela escolha do professor José Luís Naves para comandar as ações da Secretaria de Solidariedade do Distrito Federal.

Conforme o parlamentar, as ações que se iniciaram em março, no Distrito Federal, envolvem a distribuição de alimentos combinada com programas nas áreas de saúde preventiva, educação, profissionalização e meio ambiente. Ele informou que a distribuição mensal de cestas de alimentos e a entrega diária de pão e leite às crianças serão acompanhadas de ações que vão devolver a cidadania e a capacidade de trabalho a famílias carentes. “São experiências como essa que precisamos ver multiplicadas por todo o país”, afirmou Maguito Vilela.

Eduardo defende a privatização da Norte-Sul

Ao registrar a realização do V Fórum Internacional de Ferrovias, realizado nos dias 3 e 4 de junho em Nova York, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu a privatização das obras da Ferrovia Norte-Sul. Ele justificou que, como o governo federal está alegando falta de recursos para tocar a obra, deveria repassar estes custos para a iniciativa privada, para que a população possa se beneficiar com a conclusão do projeto.

O senador pelo Tocantins comentou que a obra poderia até ser agilizada, caso estivesse sob o comando da iniciativa privada. Ele citou as usinas hidrelétricas construídas pelo governo federal, que levaram entre 15 e 20 anos para ser concluídas, com orçamentos duplicados, o dobro dos custos, paralisações e pendências no orçamento.

Falando sobre o Fórum de Ferrovias, Eduardo Siqueira Campos informou que um grupo de investidores privados internacionais manifestou completa adesão ao projeto. O senador também revelou que o próprio Banco Mundial, que já vem analisando o assunto há algum tempo através de estudos e pesquisas, chegou à conclusão de que a viabilidade econômica da obra é inquestionável.

— Este é um outro caminho de privatização, onde o governo não gasta recursos, mas capta estes recursos para construir a obra e, em seguida, discute a forma de gestão, com garantia de preços mínimos, de tarifa pública e de todas as outras exigências que o poder público tem que fazer antes do processo de privatização — analisou Eduardo Siqueira Campos.

Segundo o senador, dos R\$ 1,6 bilhão que a Ferrovia Norte-Sul necessita para a sua conclusão, R\$ 1,1 bilhão já estão assegurados pela iniciativa privada. O Banco Mundial se comprometeu a financiar R\$ 360 milhões se houver um pedido formal do governo brasileiro e apenas R\$ 140 milhões viriam do Tesouro. Os estudos, acrescentou, apontam que a obra, se privatizada, poderá estar concluída em 2003.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que, com a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, os agricultores, pecuaristas e industriais brasileiros terão maior competitividade, devido à redução dos gastos com transporte. Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que no Brasil as privatizações foram feitas com tantas facilidades que os empresários agora só querem comprar a obra já concluída, e a “preço de banana”.



Eduardo Siqueira Campos disse que há grupos interessados

Luiz Estevão propõe sobretaxação de cigarros

Senador quer que os próprios fumantes assumam a maior parte do ônus decorrente do uso do fumo. Ele não considera justo que os efeitos perversos de uma "lamentável decisão pessoal" sejam socializados em prejuízo dos cofres públicos

Nabor elogia ingresso das Forças Armadas na guerra contra o tráfico

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) elogiou ontem o anúncio feito pelo ministro da Defesa, Elcio Alvares, de que as Forças Armadas entrarão na guerra contra o narcotráfico. Para o senador, a medida é a única forma de reduzir as dimensões e os malefícios causados pelo tráfico de drogas.

— Essa é uma providência que há muito tempo a sociedade reclamava. Na raiz de quase toda a violência urbana e rural, das chacinas das cidades e dos crimes cometidos pelo jaguncismo, está o ciclo da droga. E a contradição entre os recursos disponíveis pelas autoridades e as fortunas movimentadas pelos narcotraficantes tem garantido uma vantagem expressiva para os bandidos — comentou Nabor Júnior.

Na opinião do senador pelo Acre, para que o combate ao narcotráfico possa ser bem-sucedido, é necessário que sejam evitados os choques de competência e atritos operacionais entre a Polícia Federal e as Forças Armadas. Ele afirmou que as competições estereis e disputas de vaidades só favoreceriam aos criminosos e perpetuariam a situação de insegurança vivida hoje pela população do Brasil.

Nabor Júnior defendeu o ingresso das Forças Armadas no combate ao narcotráfico sob a justificativa



Nabor Júnior afirma que a Polícia Federal não tem recursos para combater o narcotráfico

de que a Polícia Federal não tem recursos financeiros, humanos ou operacionais para assumir, sozinha, a luta contra o tráfico de drogas. Como exemplo ele citou o fato de o estado do Acre possuir apenas uma superintendência regional da PF em Rio Branco e dois postos, em Cruzeiro do Sul e Brasília.

— Apenas a sede estadual possui recursos concretos para desenvolver suas obrigações institucionais. E é voz corrente que através do Vale do Juruá se abre o grande corredor de acesso, ao território brasileiro, para a cocaína plantada nos vales dos Andes — registrou Nabor Júnior.

Os próprios fumantes devem arcar com a maior parte do ônus decorrente da decisão de fumar, segundo projeto apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) estabelecendo uma sobretaxação do fumo e seus derivados. Ao justificar a proposta, ontem, o senador disse que se baseia na premissa de que "o fundamento último de uma sociedade democrática e livre é a responsabilidade individual de seus membros".

— Não considero justo que os efeitos perversos de uma lamentável decisão pessoal sejam socializados em prejuízo dos cofres públicos e do conjunto dos cidadãos contribuintes que, na verdade, pagam a conta — argumentou. Luiz Estevão manifestou sua convicção de que o aumento do preço final do maço de cigarros poderá contribuir para a redução do consumo, principalmente entre os mais jovens.

O fumo já é a terceira causa de mortes no Brasil, responsável por 12% dos óbitos registrados, além de resultar em custos da ordem de R\$

20 bilhões ao ano, correspondentes a cerca de 2% do PIB, conforme dados do Ministério da Saúde, informou o senador. Os três maiores grupos de doenças causadas pelo fumo representaram, em 1997, despesas do Sistema Único de Saúde no total de R\$ 925 milhões, acrescentou.

Por mais deplorável que seja o papel das indústrias de tabaco, Estevão insistiu em que a glamurização do vício promovida pelas peças de propaganda das indústrias não justifica uma socialização dos prejuízos decorrentes do hábito de fumar, dado que este resulta de uma escolha pessoal.

PROVÃO

Luiz Estevão também registrou que a realização de mais uma etapa do programa de avaliação de cursos universitários — o Provão — demonstrou o acerto do Ministério da Educação ao instituí-lo. Ao contrário do que aconteceu na primeira avaliação, quando os estudantes recorreram à Justiça, na etapa de domingo



Estevão lembra que o fumo é a terceira maior causa de mortes, além de resultar em custos da ordem de R\$ 20 bilhões

vários universitários entraram com ações judiciais para participar da avaliação, enfatizou.

A mudança de comportamento, na opinião do senador, revela que os estudantes compreenderam que o investimento de tempo e dinheiro nos estudos superiores deve ter garantia de retorno em conhecimento de qualidade.

Alberto Silva busca apoio do governo para a lavoura resistente à seca

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) aguarda a chegada do ministro da Agricultura, Francisco Turra, que está no Canadá, para uma audiência com o objetivo de propor o patrocínio do Ministério da Agricultura para a implantação de 1 mil roças, do modelo desenvolvido pelo senador, com o objetivo de solucionar o problema do lavrador que reside no



Alberto Silva acredita que encontrou solução para o lavrador do semi-árido

semi-árido do Piauí.

Trata-se, segundo Alberto Silva, de um projeto de "roça resistente à seca", que já tem resultados práticos definitivos em seu protótipo nos terrenos da Embrapa, de Teresina, onde ficou comprovado o êxito da colheita do feijão para semente, num total de 1.200 kg em 1/2 ha. No mesmo problema-piloto pretende-se, dentro de um mês, colher o milho plantado no

outro meio hectare plantado, na ordem de 2.500 kg.

EXPERIÊNCIA

A TV Senado, que entrevistou o senador em fevereiro, a respeito da plantação na "roça resistente à seca", deslocou-se de Brasília para gravar, *in loco*, o resultado da experiência com a utilização de vermiculita. Esse mineral fixa a água da chuva em cinco vezes o seu volume e, assim, assegura a umidade necessária à segurança de uma safra de grãos com apenas 400 ml de chuvas anuais, ainda que distribuídas de maneira irregular como acontece no Nordeste.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *EspecialUnip* — Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Expedição da Amazônia
6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — O programa trata da importância da atividade física para a saúde.
7h30 — *Especial Unip*
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Entrevista* — O senador Jefferson Péres fala sobre regulamentação do sistema financeiro
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Mulheres em Destaque* — Reapresentação do programa com a senadora Heloisa Helena
10h — Reunião conjunta CCI e CAE (ao vivo)
12h30 — *Entrevista* — O senador Jefferson Péres fala sobre a redução das taxas de juros
13h — *Corões do Brasil* — Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Bahia
13h30 — *Mulheres em Destaque* — Reapresentação do programa com a senadora Heloisa Helena
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo). Logo após, CPI do Judiciário
19h30 — *Mulheres em Destaque*

20h30 — *Entrevista* — O senador Jefferson Péres fala sobre regulamentação do sistema financeiro
21h — *Jornal do Senado*
21h15 — *Mulheres em Destaque* — Reapresentação do programa com a senadora Heloisa Helena
21h55 — *Senado em Pauta*
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Reunião conjunta das comissões CCI e CE
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação



Bezerra e Patrocínio foram condecorados no grau de grande oficial, enquanto Carreiro foi agraciado no grau de comendador

Senadores recebem a Ordem do Mérito Naval

Os senadores Fernando Bezerra (PMDB-RN) e Carlos Patrocínio (PFL-TO), juntamente com o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, receberam a Ordem do Mérito Naval na última sexta-feira, em solenidade presidida

pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Fernando Bezerra e Patrocínio foram condecorados no grau de grande oficial, enquanto Carreiro foi agraciado no grau de comendador. A cerimônia foi realizada no Grupamen-

to de Fuzileiros Navais de Brasília. Os governadores do Amazonas, Maranhão e Sergipe também foram condecorados, ao lado de quatro ministros de Estado, deputados, ministros de tribunais superiores e outras personalidades.

Crise revela fraqueza do governo, diz Jefferson

Para parlamentar, desentendimentos provocados pela escolha do novo diretor da Polícia Federal e as divergências públicas entre aliados governistas diminuem a autoridade moral do presidente da República aos olhos da nação

A crise provocada pela sucessão na diretoria da Polícia Federal (PF) levou o senador Jefferson Péres (PDT-AM) a cobrar do governo atitude enérgica para evitar que se propague a imagem de um país sem comando. “É preocupante a manifestação de fraqueza do governo, que passa para a população a idéia de falta de autoridade do presidente Fernando Henrique Cardoso”, afirmou.

Jefferson falou sobre as acusações ao novo diretor da PF, João Batista Campelo, que teria prendido e torturado o ex-padre e professor universitário José Antônio Monteiro, em 1970. As denúncias, feitas por Monteiro, fo-

ram publicadas pela imprensa.

O senador amazonense disse que, para piorar, o ex-diretor da Polícia Federal, Vicente Chelotti, concedeu entrevistas no fim de semana em que acusa membros do governo de prejudicar a atuação da PF e prevê o fracasso da gestão de Campelo. Além desse mal-estar, a administração do país está sendo prejudicada pelos desentendimentos públicos entre os ministros, conforme Jefferson.

Para o senador, o presidente Fernando Henrique demorou a escolher um nome para a Polícia Federal, em função de pressões políticas, e quando escolheu Campelo, o fez mal informado

sobre o passado do novo diretor. “Há poucas dúvidas sobre a prática de tortura, o que, se provado, o torna (Campelo) incompatível com o cargo”, acrescentou Jefferson.

Em dificuldades também está o ministro da Justiça, Renan Calheiros, entende Jefferson Péres, por causa dos problemas na PF. “No lugar dele, eu não seria mais ministro”, disse Jefferson, que leu requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se apurem as denúncias de tortura.

Jefferson foi apartado pelo senador Tião Viana (PT-AC), que disse estar sentindo “uma falta de autoridade política

Na opinião de Jefferson Péres, o ministro da Justiça deveria renunciar



clara” no governo. Em outro aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) denunciou a ocorrência de torturas em seu estado. “O governo deve dar o exemplo, deixando de empregar torturadores do passado para não estimular torturadores do presente”, advertiu Maguito.

Artur da Távola descreve como virtude a cautela do presidente da República

O presidente Fernando Henrique Cardoso, por respeitar o estado de direito, toma decisões com a cautela exigida por seu cargo e, quanto mais grave e complexo seja o problema, “é característico do presidente o caráter colegiado de suas decisões”, afirmou ontem o senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

– Em matéria de direitos humanos, ninguém dá lição a este governo – disse Távola, ressaltando que foi o atual governo que responsabilizou o Estado por mortes decorrentes de torturas ocorridas durante o regime militar.

O senador discordou da interpretação de que os problemas em torno da nomeação do novo diretor da Polícia Federal se deveriam ao fato de Fernando Henrique não tomar as providências exigidas pelo cargo que ocupa. No presidencialismo, em que há uma concentração de funções nas mãos de uma única pessoa, “melhor a prudência, uma conselheira adequada”, ponderou o senador.

Para Távola, o presidente é incompreendido porque “a tecitura da política, nos dias de hoje, acompanha a tecitura da mídia”, daí a cobrança de decisões imediatistas. A seu ver, confirmado que João Batista



“Em matéria de direitos humanos, ninguém dá lição a este governo”, afirma Távola

Campelo participou de sessão de tortura, “as providências serão tomadas”.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) esclareceu que não atribuiu falta de autoridade ao presidente da República, mas disse “que ele passa essa imagem”. Como a simbologia do poder é importante, ele recomendou que Fernando Henrique “tome medidas que afastem essa imagem”. Tião Viana (PT-AC) reiterou que o impasse político criado na base partidária do governo “corrói a imagem do presidente”.

Pedro Simon (PMDB-RS) concordou que ninguém pode dar aulas ao governo em matéria de direitos humanos, “mas o caso da Polícia Federal é diferente”. Cabe ao presidente nomear o diretor, “mas o assunto passa pelo ministro da Justiça”, disse, relatando que o ministro sugeriu um nome ao presidente, que não decidiu sobre a nomeação durante 45 dias. Luiz Otávio (PPB-PA) salientou que a PF está dividida em pelo menos três grupos, daí o teor da entrevista concedida pelo ex-superintendente Vicente Chelotti ao *Jornal do Brasil* de domingo, considerada “grave” também por Simon.

Iris Rezende (PMDB-GO) cumprimentou Távola por defender o presidente das críticas e por fazê-lo no plenário do Senado, o espaço público adequado a essa discussão. Para ele, FHC “é um homem prudente, sobretudo equilibrado” e governar, a seu ver, exige principalmente equilíbrio. “A prudência de Fernando Henrique me conforta, pois indica que seu governo não comete desatinos”, disse. Heloísa Helena (PT-AL) insistiu que, no caso da nomeação para a PF não há uma suposta vítima e um suposto torturador: “Há uma vítima e há um torturador”.

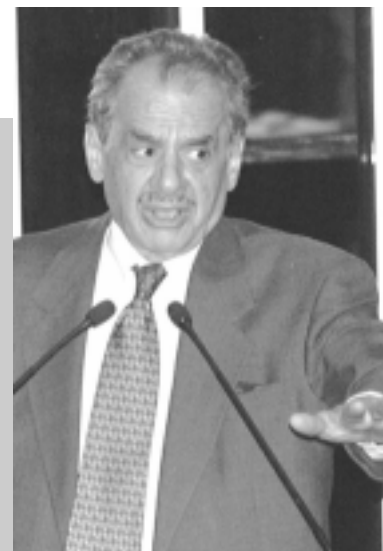
Simon isenta FHC de culpa na nomeação de diretor da PF

O presidente Fernando Henrique Cardoso nada sabia sobre o histórico do delegado João Batista Campelo quando o nomeou para a direção da Polícia Federal. A opinião é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem Fernando Henrique tem se mostrado muito zeloso em

relação aos direitos humanos.

Para o senador, a falha pela nomeação de Campelo deve ser debitada à conta dos assessores do presidente que, conhecendo a ficha do novo diretor da PF, não alertaram FHC sobre as acusações de tortura feitas pelo ex-padre José Antônio Monteiro. Simon considerou grave o fato de o ex-diretor da Polícia Federal Vicente Chelotti haver concedido entrevista fazendo acusações ao governo. “Ele não deveria ter dado entrevistas, mas o que disse é muito sério e tem de ser investigado”, disse o senador.

Simon defendeu a investigação das denúncias contra Campelo e divulgação de nota oficial do governo sobre o assunto. “Se o Fernando Henrique colocar uma pedra em cima disso, estará cometendo um equívoco”, advertiu. Ernandes Amorim (PPB-RO) perguntou a Simon se é o momento de trazer à tona fatos do passado. Simon respondeu que a anistia de 1979 teve como objetivo encerrar com tranquilidade os conflitos entre o regime militar e os seus opositores. Ainda assim, para dirigir a Polícia Federal, não poderia ser escolhida uma pessoa com passado de torturador, ponderou o senador gaúcho.



Pedro Simon acha que FHC não deve “colocar uma pedra” em cima do assunto



Para Agripino, a prorrogação da CPI permitirá apurar denúncias contra governo do RN

Agripino lamenta fim de CPI instalada no Rio Grande do Norte

O senador José Agripino (PFL-RN) criticou a decisão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que não prorrogou o prazo de trabalho da CPI que investigou denúncias de aplicação irregular de recursos oriundos da privatização da Companhia Energética do Estado (Cosern). De acordo com o senador, R\$ 771 milhões foram gastos às vésperas das últimas eleições sem justificativa.

– A prorrogação dos trabalhos da CPI representava uma oportunidade

para o governador Garibaldi Alves Filho explicar o que foi feito com esses recursos. A tese da prorrogação não é só da oposição, mas da sociedade, que quer ver governo e oposição discutindo o interesse público. A CPI tinha obrigação diante da sociedade de esclarecer um caso que se tornou escândalo nacional – lamentou.

A comissão investigou, de acordo com o senador, suspeitas de irregularidades na construção de 10 mil casas populares. Segundo Agripino,

os deputados estaduais constataram no município de Serra Caiada superfaturamento e fraude às leis eleitoral e de licitações.

– Foi contratada a construção de 65 casas, mediante convênio em período eleitoral, o que é proibido. Além disso, o valor do empreendimento determinava que fosse feita concorrência. No entanto, as 65 casas foram divididas em 40 e 25 casas, e a obra contratada através de simples carta-convite. Ao invés de 65, foram entregues apenas 45 e recebidas com pa-

redes rachadas, teto torto, piso estalando, e segundo o Tribunal de Contas da União, superfaturadas em pelo menos R\$ 700 por unidade – acusou.

Segundo Agripino, a CPI detectou outras irregularidades, como na construção de redes de esgoto nos municípios de Macau, Pau dos Ferros e Lagoa Nova. Ele qualificou o relatório da CPI de “peça de propaganda”, mas garantiu que a oposição continuará mobilizada para exigir a apuração dos fatos.